ATA 681

Aos seis dias do mês de outubro de dois mil e vinte e seis, às quatorze horas, em primeira chamada, realizou-se reunião ordinária do Conselho Municipal de Saúde (CMS), na Câmara de Vereadores de Santa Cruz do Sul, situada na Rua Fernando Abott, nº 940. Estiveram presentes os conselheiros titulares Célia Margit Zingler, Eliane Ebert Mielke, Lia Gonçalves Possuelo, Luis Selmar Queiroz, Andreia Cristina Becker, Ediberto Oliveira Machado, Miriam Thier, Felipe dos Santos, Darci Benke, Pedro Jercei Marques Correa, Salete dos Passos Faber, Gilberto de Moraes Saraiva, Paulo Rogério de Lara, Gelso Juaris Batista Job e Janete Jaeger. Participaram também os conselheiros suplentes Denise Henriqson, André Luiz Hinterholz, Luís Fernado Rohde e Adriane Inês Wagner, além da Secretária Municipal de Saúde, Denise Grutzmacher Graebner, e da Subsecretária Aline Cristiane de Lima. A presidenta do CMS, Célia Margit Zingler, saudou os presentes e passou a palavra à Conselheira Lia Gonçalves Possuelo, que cumprimentou o professor Douglas Weber, docente do Curso de Medicina da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), e os estudantes presentes. Informou que parte da turma do Programa de Pós-Graduação em Promoção da Saúde participava da reunião no contexto da disciplina de Vigilância em Saúde, cujo tema de estudo inclui Vigilância Popular em Saúde e Controle Social. Verificado o quórum regimental, **primeiro item da pauta**, a presidenta deu início aos trabalhos, conforme a pauta previamente estabelecida. Como **segundo item da pauta**, a Ata nº 680 foi submetida à apreciação dos presentes. Consultados sobre a existência de divergências ou considerações, os conselheiros passaram à votação. Os Conselheiros Salete dos Passos Faber, Lia Gonçalves Possuelo, Darci Benke, André Luiz Hinterholz, Luís Fernado Rohde e Adriane Inês Wagner abstiveram-se por não terem participado da reunião anterior. A ata foi aprovada pelos demais conselheiros presentes. Em seguida, a Presidenta Célia Margit Zingler abriu espaço para inscrições nos Informes e Assuntos Gerais, **terceiro item da pauta**, com inscrição dos conselheiros Salete dos Passos Faber, Denise Grutzmacher Graebner, Lia Gonçalves Possuelo, Darci Benke e Miriam Thier. A conselheira Salete dos Passos Faber destacou a importância da presença dos estudantes universitários para o aprofundamento do conhecimento sobre o Sistema Único de Saúde (SUS) e o controle social. Registrou a reinauguração, em 28 de setembro, da Estratégia Saúde da Família (ESF) Dr. Pedro Eggler, em Monte Alverne, após reorganização e adequação do espaço físico. Ressaltou que melhorias na estrutura das unidades favorecem o acolhimento da população e as condições de trabalho dos profissionais, destacando a relevância dos recursos do Ministério da Saúde destinados a reformas e ampliações. Parabenizou a gestão municipal e manifestou expectativa de novos investimentos na atenção básica. A Secretária Municipal de Saúde, Denise Grutzmacher Graebner, informou que, além da ESF Dr. Pedro Eggler, houve entrega de unidades como o Gaspar, nomeado como Rosalina dos Santos, no bairro Bom Jesus, e a unidade Dr. Paulo Juarez Martins de Almeida, no bairro Aliança, no final do ano anterior. Ressaltou, contudo, que algumas unidades vêm enfrentando limitações de espaço em razão do crescimento populacional e do aumento dos serviços. Citou a situação da unidade do bairro Santo Inácio e, especialmente, da unidade Farroupilha, cuja estrutura atual é insuficiente. Informou que a Secretaria de Saúde, em conjunto com a Secretaria de Planejamento, busca imóvel público que possa atender à região ou alternativa para locação, ampliação ou construção de salas adicionais. Até que seja definida solução permanente, foi decidido suspender temporariamente a vacinação na unidade Farroupilha, pois o espaço vinha sendo utilizado também para o registro da produção dos agentes comunitários. A Secretária esclareceu que a equipe assistencial será mantida e que os usuários poderão receber vacinas em outras unidades da rede municipal. A rede será comunicada para acolher adequadamente a população de referência da unidade Farroupilha. Segundo informado, a medida foi adotada para reduzir prejuízos ao atendimento, considerando também a baixa demanda local por vacinação. A Conselheira Lia Gonçalves

Possuelo convidou os presentes a participar e divulgar o 6º Congresso Brasileiro Interdisciplinar de Promoção da Saúde, previsto para os dias 7 a 9 de outubro, na UNISC. Informou que o evento abordará temas como atividade física, saúde digital e mental, pesquisas para o SUS, nutrição, redes intersetoriais, vigilância em saúde, resistência antimicrobiana e saúde única. A abertura oficial estava prevista para 7 de outubro, às 18h30, com participação presencial e virtual de pesquisadores. O conselheiro Darci Benke relatou situação envolvendo usuário que buscou atendimento na unidade Cohab após passagem pela Unidade de Pronto Atendimento (UPA). Segundo o relato, após receber orientação para procurar uma unidade de saúde e obter agendamento para data distante, a filha do usuário procurou a unidade para solicitar triagem, ocasião em que teria ocorrido desentendimento com profissional responsável. O usuário foi atendido por um dos médicos presentes, mas, posteriormente, a família teria sido informada de que não poderia mais consultar naquela unidade em razão do conflito. O conselheiro solicitou esclarecimentos, destacando a necessidade de assegurar atendimento às pessoas doentes. A Secretária Denise Grutzmacher Graebner solicitou os dados do caso para verificar a situação e prestar retorno posteriormente. A conselheira Miriam Thier divulgou evento promovido pelo Conselho Regional de Odontologia em parceria com a UNISC, em alusão ao mês do cirurgião-dentista. A atividade ocorrerá em 29 de outubro, à tarde, na sala 211 do bloco 2 da UNISC, com entrada gratuita, e será voltada a profissionais da rede pública e privada. A palestrante Fernanda Franco, especialista em atendimento a pacientes com necessidades especiais e responsável por curso de capacitação de profissionais, abordará a odontologia no contexto do transtorno do espectro autista, com ênfase no acolhimento, na comunicação e na segurança do atendimento. Após a palestra, haverá roda de conversa. Miriam solicitou apoio da Secretaria Municipal de Saúde para viabilizar a participação dos profissionais da rede. Conselheiro Darci Benke mencionou discussão ocorrida na Câmara de Vereadores, na qual o vereador Leonel teria abordado possível falha médica no Pronto Atendimento. O conselheiro considerou que a situação merece análise. Na sequência avançou-se para o **quarto item da pauta** que tratava relato das reuniões da Comissão de Acompanhamento dos Contratos (CAC), realizadas nos dias 3 e 4 de setembro, referentes ao segundo trimestre (abril, maio e junho). A presidenta Célia Margit Zingler contextualizou os serviços prestados e os contratos relacionados ao Hospital Santa Cruz e Hospital Ana Nery, incluindo Hospitalzinho, UPA, Posto Central e CEMAI. Destacou a elevada utilização dos serviços, a existência de custos acima dos valores contratualizados e a necessidade de discutir a responsabilidade estadual e federal pelo financiamento dos atendimentos de média e alta complexidade. Também mencionou a ocupação das unidades de terapia intensiva, a demanda por leitos neonatais diante do aumento de partos prematuros e a transferência da referência em oftalmologia para o Hospital Ana Nery. A Secretária Denise Grutzmacher Graebner informou que os hospitais Santa Cruz e Ana Nery elaboraram documentação detalhada sobre os atendimentos realizados acima do teto financeiro e os municípios de origem dos usuários. O material foi encaminhado por meio da 13ª Coordenadoria Regional de Saúde (13ª CRS) ao Ministério da Saúde, e já havia número de protocolo para acompanhamento do pedido de ampliação do teto, diante da demanda regional e da dificuldade de o Município suportar os custos excedentes. Informou, ainda, que, a partir de 1º de outubro, o Hospital Ana Nery passou a ser referência em oftalmologia. O conselheiro André Luiz Hinterholz explicou que o serviço de oftalmologia passou a ser executado pelo Hospital Ana Nery para Santa Cruz do Sul e outros quatro municípios. Informou que a oferta inclui consultas, exames e procedimentos cirúrgicos, com consultas e exames nas manhãs de segunda-feira e procedimentos cirúrgicos nas tardes, além da organização dos demais dias da semana. Manifestou expectativa de que a mudança qualifique o atendimento regional. O conselheiro Felipe dos Santos informou que, a partir de novembro, o Hospital Santa Cruz deverá assumir o Ambulatório 60+, serviço especializado voltado à população idosa que

necessita de acompanhamento em razão de condições neurológicas ou outras doenças. Destacou a articulação entre os prestadores de serviços e as secretarias municipal e estadual de Saúde. Também manifestou preocupação com o volume de atendimentos acima do teto financeiro, ressaltando a relevância dos recursos para o custeio hospitalar e a necessidade de continuidade das tratativas junto ao Ministério da Saúde. Conselheiro André Luiz Hinterholz acrescentou que, considerando os anos de 2025 e 2026 até agosto, o Hospital Ana Nery acumulava aproximadamente R$ 11 milhões em atendimentos acima do teto, com custos elevados especialmente na área de oncologia. Agradeceu à Secretaria Municipal de Saúde e à 13ª CRS pelos encaminhamentos realizados junto ao Estado e ao Ministério da Saúde. Destacou que a decisão sobre a ampliação dos recursos ainda depende de análise federal e que não havia previsão de prazo para resposta. Informou que a produção do serviço de oftalmologia tem como meta mensal 1.200 atendimentos, entre os quais 400 consultas. A conselheira Salete dos Passos Faber ressaltou que o financiamento dos serviços hospitalares é uma preocupação recorrente e que a sustentabilidade dos hospitais envolve a região, não apenas o Município. Sugeriu fortalecer a mobilização conjunta da AMVARP, da 13ª CRS, das secretarias de Saúde, dos prefeitos e dos conselhos de Saúde, inclusive com renovação de manifestações aos órgãos estaduais e nacionais, para reivindicar atualização dos repasses do SUS. Na sequência, a Secretaria Municipal de Saúde solicitou a antecipação do **décimo quarto item da pauta** referente à Comissão de Farmácia e Terapêutica e à inclusão de medicamentos na Relação Municipal de Medicamentos Essenciais (REMUNE), o que foi acolhido pelos presentes. A farmacêutica Marilaine Daiana Trevisan, presidente da comissão municipal, apresentou as deliberações. Explicou que a comissão possui caráter consultivo e deliberativo e tem a finalidade de selecionar medicamentos para utilização no SUS municipal e assessorar a gestão da política de medicamentos. Informou que a relação foi revisada para vigorar no restante de 2026 e durante 2027; alguns medicamentos foram excluídos por indisponibilidade das apresentações para compra e outros foram incluídos, entre eles succinato de metoprolol, para doenças cardiovasculares; glicazida, para diabetes tipo 2; e itraconazol, para infecções fúngicas. Os protocolos de dispensação também foram revisados, e a lista completa está disponível na Secretaria Municipal de Saúde. Questionada pelo conselheiro Ediberto Oliveira Machado, Marilaine informou que a comissão se reúne mensalmente, na terceira terça-feira de cada mês, na Secretaria Municipal de Saúde. Sobre eventual inclusão de Cannabis medicinal na REMUNE, esclareceu que o tema já havia sido analisado anteriormente a pedido do ex-secretário Rodrigo Rabuske, em razão de proposta legislativa municipal, mas que não havia discussão em andamento nem implementação da medida até a data da reunião. Na sequência, passou-se ao **quinto item da pauta** referente ao relato de atividade sobre comunicação do fenômeno do suicídio. A presidenta Célia Margit Zingler relatou sua participação, em 16 de setembro, em atividade organizada pela 13ª CRS sobre como noticiar o fenômeno do suicídio nas mídias e redes sociais. Destacou que o suicídio deve ser tratado como questão de saúde pública e que a comunicação precisa ser tecnicamente precisa, compreensível e humanizada. Ressaltou a importância de evitar a identificação das pessoas envolvidas, a exposição das famílias, o uso de imagens inadequadas e manchetes sensacionalistas, sem deixar de abordar o tema de forma responsável. O conselheiro Darci Benke questionou se a atividade havia definido orientações concretas para os profissionais de comunicação, considerando também a proteção de dados pessoais. A Presidenta Célia esclareceu que a proteção de dados é uma obrigação geral e que a discussão enfatizou a forma de noticiar situações trágicas, evitando prejuízos adicionais às famílias e possíveis efeitos nocivos da divulgação. Conselheira Salete dos Passos Faber acrescentou que o acesso a prontuários é restrito e que a comunicação deve observar a legislação e princípios éticos, evitando exposição e sensacionalismo. A conselheira Lia Gonçalves Possuelo informou que a atividade surgiu após a divulgação inadequada de um caso grave em municípios da região, situação que gerou preocupação quanto à

possibilidade de a cobertura influenciar outras pessoas. Lamentou a baixa participação de profissionais da comunicação e sugeriu repetir a iniciativa, ampliando a divulgação. A presidenta Célia reforçou a necessidade de ações educativas destinadas às diferentes áreas envolvidas. Em seguida, passou-se ao **sexto item da pauta**, referente à entrega à Câmara de Vereadores do Protocolo de acesso de parlamentares aos espaços de atendimento do SUS. A presidenta Célia informou que o documento com orientações para ingresso e fiscalização de vereadores nas unidades e nos serviços de saúde municipais foi encaminhado ao Hospital Ana Nery e ao Hospital Santa Cruz e, conforme deliberação anterior, também à Câmara de Vereadores. Esclareceu que, após orientação da assessoria jurídica, o encaminhamento foi realizado como documento aprovado pelo CMS, e não como resolução, uma vez que o Conselho não poderia impor regras a outro Poder que tem o papel fiscalizador, como é o Legislativo. O documento busca orientar visitas, observância das normas sanitárias, respeito aos trabalhadores e encaminhamento de eventuais problemas às administrações dos serviços e à Secretaria Municipal de Saúde. O conselheiro André Luiz Hinterholz esclareceu que a iniciativa tem caráter orientativo e não pretende impedir o acesso de parlamentares ou de outros visitantes aos prestadores de serviço. O objetivo é contribuir para que as visitas ocorram de forma organizada e respeitosa, com acolhimento e orientação adequados. Presidente Célia reforçou que o documento foi debatido e aprovado pelo Conselho, embora tenha sido encaminhado em formato de comunicado, e não de resolução. Na sequência, foi tratado o **décimo primeiro item da pauta** referente a apreciação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) da Saúde para 2027. A Secretária Denise Grutzmacher Graebner apresentou a proposta da LDO da Saúde para 2027 e explicou que o instrumento organiza programas, ações, indicadores e metas, cujo cumprimento é acompanhado e informado aos órgãos de controle. A apresentação contemplou sete programas, alinhados aos indicadores já discutidos na Programação Anual de Saúde (PAS). No programa de Atenção Primária à Saúde, foram apresentados indicadores relativos à cobertura das equipes de atenção primária, prevalência de excesso de peso, cobertura de saúde bucal, gravidez na adolescência, acompanhamento das condicionalidades de saúde do Programa Bolsa Família, atendimento com alimentação saudável, avaliação multidimensional da pessoa idosa e mortalidade materna. Entre as metas e ações informadas estão: R$ 20.628.000,00 com meta de 145 mil atendimentos em unidades básicas de saúde e 12 mil atendimentos no centro de promoção da saúde da pessoa idosa; R$ 30.912.000,00 com meta de 474 mil atendimentos nas ESF; R$ 5.182.000,00 com meta de 39.798 atendimentos individuais e confecção de 240 próteses na Saúde Bucal; R$ 11.872.000,00 com meta de 253 mil atendimentos vinculados aos agentes comunitários de saúde; R$ 1.279.000,00 com meta de 13.026 atendimentos à população prisional; R$ 105.000,00 com meta de coleta e destinação de 15 mil quilos de resíduos sépticos; R$ 56.676,00 com meta de cobertura de 94% das escolas aderidas ao Programa Saúde na Escola; R$ 50.000,00 para manutenção de ações na promoção da equidade em saúde; R$ 198.000,00 com meta de 1.500 atendimentos de redução de danos e R$ 24.100,31 com meta de 46.700 monitoramentos de segurança alimentar e nutricional da saúde no sistema SISVAN. O valor total previsto para o programa em 2027 é de R$ 70.306.776,31. No programa de Atenção Especializada, foram apresentados indicadores relativos a internações por transtornos mentais e comportamentais, matriciamento pelo CAPS, mortalidade por câncer de mama e serviços ambulatoriais voltados às pessoas com deficiência. Entre as ações e valores informados estão: Centro Integrado de Bem-Estar e Saúde (CIBS), R$ 500.000,00; atenção ambulatorial de média e alta complexidade, R$ 14.742.000,00, com meta de 581.044 procedimentos; atenção hospitalar, R$ 137.910.000,00, com meta de 897.068 procedimentos; central de regulação, R$ 3.946.000,00; CEMAI, R$ 5.603.000,00 e meta de 36 mil atendimentos; Hospitalzinho, R$ 4.098.000,00 e meta de 44 mil atendimentos; transporte em saúde, R$ 5.929.000,00 e meta de 36.709 remoções; Programa Melhor em Casa, R$ 1.913.000,00 e meta de 10 mil

atendimentos; CAPS II, R$ 3.653.000,00 e meta de 40.306 atendimentos; CAPSIA, R$ 3.500.000,00 e meta de 12.483 atendimentos; CAPS AD III, R$ 5.384.000,00 e meta de 51.571 atendimentos e procedimentos; serviços residenciais terapêuticos, R$ 1.171.000,00 e meta de 7.300 diárias; Centro Especializado em Reabilitação (CER II), R$ 140.000,00 e meta de atendimento a 1.200 usuários; SAMU, R$ 8.843.000,00 e meta de 5.500 atendimentos; UPA, R$ 9.216.000,00 e meta de 54 mil atendimentos; transferências ao CISVALE para consultas, procedimentos e exames, R$ 2.000.000,00, com meta de 104.867 atendimentos; transferências para custeio administrativo do CISVALE, R$ 2.440.500,98; e auxílio financeiro a entidades complementares ao SUS, R$ 3.399.244,15. O total previsto para a Atenção Especializada é de R$ 214.387.745,13. A Secretária explicou que parte dos recursos destinados ao CISVALE apenas transita pelo Município, que realiza o repasse ao consórcio. No programa de Vigilância em Saúde, foram citados indicadores relacionados à notificação e investigação de agravos e óbitos relacionados ao trabalho, testagem para HIV em novos casos de tuberculose, mortalidade por AIDS, transmissão vertical do HIV, coleta de amostras por RT-PCR em casos de síndrome respiratória aguda grave, monitoramento do Aedes aegypti por ovitrampas e população abastecida por solução alternativa coletiva. Entre as ações estão a vigilância em saúde do trabalhador, com previsão de R$ 2.747.000,00 e metas de atendimento de 3 mil trabalhadores pela UMREST e 3.500 pelo CEREST; vigilância sanitária, R$ 3.882.000,00 e meta de 1.500 vistorias; vigilância epidemiológica, R$ 5.131.000,00 e meta de 40 mil visitas domiciliares; e ações de atenção integral ao HIV/AIDS, outras IST, tuberculose, hanseníase e hepatites virais, R$ 2.912.000,00 e meta de 22 mil atendimentos e procedimentos. O total do programa é de R$ 14.672.000,00. No programa de Assistência Farmacêutica, foi indicada meta de 450 mil atendimentos e dispensações de medicamentos, com valor total previsto de R$ 6.994.000,00. No programa de Gestão do SUS, foram apresentadas ações de apoio administrativo, resolução de demandas da Ouvidoria da Saúde — com meta de conclusão de 97% — e execução de 70% do plano de educação permanente, com valor estimado de R$ 9.984.000,00; manutenção do Conselho Municipal de Saúde, com previsão de R$ 50.000,00 e 24 reuniões anuais; e implementação de ações de saúde digital, com valor de R$ 55.338,38. O total previsto para o programa é de R$ 10.089.338,38. No programa de Investimentos na Rede de Atenção à Saúde, foram apresentados indicadores relativos à participação das despesas de investimento no total da despesa em saúde, à incorporação de equipamentos e materiais permanentes e à conclusão de obras. As ações incluem estruturação da atenção especializada, com previsão de R$ 4.976.160,00, contemplando equipamentos, estruturação do CIBS, conclusão da obra do CER II, início da obra do CAPS AD e execução de etapas da obra da UPA Cidade Alta; estruturação da atenção primária, com R$ 2.355.000,00, incluindo equipamentos, obras na unidade Menino Deus e implantação do Centro de Especialidades Odontológicas; e valores de R$ 2.000,00 para aquisição de equipamentos destinados à vigilância em saúde, R$ 2.000,00 para assistência farmacêutica e R$ 2.000,00 para gestão do SUS. Foi mencionada o planejamento de aquisição de notebook para o Conselho. O total previsto para investimentos é de R$ 7.337.160,00. No Programa Intersetorial de Atenção Integral à Primeira Infância, foram destacados os objetivos de assegurar direitos das crianças e fortalecer políticas para crianças e famílias em situação de vulnerabilidade. Os indicadores incluem mortalidade infantil, cobertura vacinal da tríplice viral, acompanhamento pelo Programa Primeira Infância Melhor (PIM), novos casos de sífilis congênita em menores de um ano e casos de AIDS em menores de cinco anos. A meta para a manutenção das ações em saúde na primeira infância é de 5 mil atendimentos em 2027, com previsão de R$ 1.384.000,00. A Secretária apresentou a estimativa global de receitas da LDO: União, R$ 130.245.122,76; Estado, R$ 54.757.543,70; Município, R$ 133.168.353,36; recursos livres municipais, R$ 5.000.000,00; e Finisa, R$ 2.000.000,00, totalizando R$ 325.171.019,82. Por subfunção, foram informados R$ 219.363.905,13 para média e alta complexidade; R$

74.021.676,00 para atenção básica; R$ 10.792.000,00 para vigilância epidemiológica; R$ 10.091.338,38 para administração; R$ 6.996.000,00 para suporte profilático e terapêutico; R$ 3.882.000,00 para vigilância sanitária; e R$ 24.100,31 para alimentação e nutrição. Esclareceu que os valores poderão sofrer alterações até a elaboração do orçamento, pois a LDO prioriza a definição das ações e metas. O conselheiro André Luiz Hinterholz questionou a possibilidade de integração dos sistemas de informação entre unidades básicas, UPA e hospitais, de modo a permitir consulta ao histórico de atendimentos, medicamentos e exames e, assim, evitar duplicidades e reduzir despesas. A Secretária Denise Grutzmacher Graebner informou que há integração entre UBS, ESF, UPA, CEMAI, Hospitalzinho e plantão de Monte Alverne, mas ainda não há integração com os hospitais nem com o Pronto Atendimento (PA). Manifestou interesse da Secretaria em avançar nesse sentido. Conselheiro André sugeriu reunião com administradores e equipes de tecnologia da informação dos hospitais. A presidenta Célia considerou a proposta pertinente e indicou que o assunto fosse encaminhado à Secretaria para avaliação. Foi apresentado o Parecer Técnico nº 43/2026, da Comissão de Finanças, que analisou a proposta da LDO 2027 e recomendou sua aprovação. Submetida à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. Dando prosseguimento, foi tratado o **décimo segundo item da pauta** referente a apreciação de reprogramação do plano de trabalho da Portaria GM/MS nº 5.924/2024. A Secretária Denise informou que a Portaria GM/MS nº 5.924, de 10 de dezembro de 2024, refere-se a recurso de emenda destinado ao SAMU, no valor original de R$ 199.869,00. Explicou que, diante de itens cuja execução ocorreu por valores inferiores aos orçados e dos rendimentos financeiros, há saldo de R$ 156.970,60, do qual se propõe reprogramar R$ 62.340,99. A reprogramação contempla a aquisição de cinco armários para escritório, um fogão doméstico, um aparelho de ar condicionado de 24.000 BTUs, uma mesa de reunião, uma televisão LED de 47 a 50 polegadas, quatro estantes de aço com cinco prateleiras reguláveis, um desfibrilador externo automático, um videolaringoscópio portátil, um cardioversor desfibrilador com monitor multiparamétrico e marcapasso, além de dois detectores fetais portáteis digitais. O cardioversor e os detectores fetais serão destinados à UPA 24 horas, considerando a necessidade de renovação de equipamentos obsoletos ou sem possibilidade de conserto. Em razão do assunto, a presidenta Célia questionou sobre a transferência da base do SAMU para outro imóvel. A Secretária Denise explicou que, após a ampliação da equipe para uma unidade de suporte avançado e duas de suporte básico, a estrutura atual se tornou insuficiente. Informou que será locado outro imóvel na Rua Fernando Abott, um pouco acima da base atual, com garagem existente para duas ambulâncias e previsão de construção de outras duas vagas pelo proprietário, o que deverá melhorar a logística de saída das viaturas. A previsão informada para a mudança era de dois a três meses. A transferência do SAMU também permitirá que os motoristas atualmente alocados na rodoviária sejam reunidos à equipe administrativa do setor de Transportes, tendo em vista que a marcação está atualmente junto à Regulação e assim, passará ao atual prédio do SAMU. Na sequência, foi apresentado o Parecer Técnico nº 44/2026, da Comissão de Finanças, favorável à proposta de reprogramação. Submetida à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. Na sequência, tratado o **décimo terceiro item da pauta** referente a divulgação do seminário sobre tratamento da obesidade. A servidora do município, Dra. Clauceane Venzke Zell, informou que os relatórios de saúde vêm demonstrando aumento da população com sobrepeso e obesidade. Em razão disso, a Secretaria Municipal de Saúde, por meio do setor de Nutrição e em parceria com ligas acadêmicas do Curso de Medicina, promoverá o seminário “Atualizações e perspectivas no tratamento da obesidade”, no dia 16 de outubro, na Câmara de Vereadores. O evento abordará acolhimento, atendimento e aspectos epidemiológicos, com o objetivo de qualificar os profissionais e ampliar o acesso às condutas adequadas para o tratamento da obesidade. Convidou os conselheiros a participar. A presidenta Célia destacou a relevância do tema, considerando os efeitos do excesso de peso sobre a saúde, inclusive

problemas osteoarticulares, e a possibilidade de aumento da demanda por acompanhamento, tratamento e intervenções. Agradeceu as informações e a presença dos participantes. Foi informado que a próxima reunião do Conselho está prevista para 27 de outubro de 2026, ressalvada a necessidade de convocação extraordinária. A reunião foi antecipada para a primeira terça-feira do mês a pedido da Secretaria Municipal de Saúde, em razão dos prazos relacionados à LDO. A Secretária Denise agradeceu a antecipação, explicando que a equipe precisava informar a Secretaria de Planejamento para que esses possam consolidar as informações e encaminhá-las à Câmara de Vereadores. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada. Para constar, foi lavrada a presente ata por Eliane Ebert Mielke, primeira secretária do Conselho Municipal de Saúde, a qual, após leitura, discussão e aprovação, será assinada pela primeira secretária e pela presidenta do Conselho, Célia Margit Zingler.

gov.br
Documento assinado digitalmente
CELIA MARGIT ZINGLER
Data: 13/10/2026 20:15:45-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Presidenta do Conselho Municipal de Saúde

gov.br
Documento assinado digitalmente
ELIANE EBERT MIELKE
Data: 14/10/2026 11:41:28-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Primeira secretária do Conselho Municipal de Saúde